

## Disponível em nosso site: https://sintius.org.br

INSS tem dez dias para apresentar acordo na revisão da vida toda no STF

O STF (Supremo Tribunal Federal) deu prazo de dez dias para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) apresentar um cronograma com as diretrizes para o cumprimento da revisão da vida toda.

Em despacho divulgado na quarta-feira (1º), o ministro Alexandre de Moraes determinou que o órgão apresente "cronograma de aplicação da diretriz formada no Tema 1.102 da repercussão geral".

Aprovada pelos ministros do Supremo por 6 votos a 5 em dezembro de 2022, a revisão da vida toda é uma correção na qual os aposentados podem incluir no cálculo de aposentadorias, auxílios e pensões as contribuições feitas antes de 1994, beneficiando quem tinha pagamentos maiores antes do início do Plano Real.

Em sua decisão, o ministro diz não ser "razoável" o instituto não dar uma resposta aos segurados, mesmo após posicionamento do Supremo a favor da correção. "Não é razoável que, estabelecida pelo Supremo a orientação para a questão, fique sem qualquer previsão o resultado prático do comando judicial."

Ele pede ainda que o INSS apresente como e quando fará os pagamentos. "Assim, é preciso que a autarquia previdenciária requerente informe de que modo e em que prazos se propõe a dar efetividade ao entendimento definido pelo Supremo Tribunal Federal."

Essa é a primeira vez que o ministro se manifesta no processo após pedido da AGU (Advocacia-Geral da União), feito em 13 de fevereiro, para suspensão nacional de todos os processos sobre o tema no Judiciário.

No documento, a Advocacia-Geral da União afirmou ainda que a revisão envolve 51 milhões de benefícios ativos e inativos, o que exigiria esforços operacionais do INSS e da Dataprev (empresa de tecnologia do governo federal) acima das possibilidades técnicas atuais.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 03 de março.

## Fazenda vai concluir nesta semana trabalho sobre nova regra fiscal, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), afirmou nesta quinta-feira (2) que a sua equipe vai concluir ainda nesta semana o desenho da nova regra fiscal, que substituirá o teto de gastos —mecanismo que limita o crescimento das despesas públicas à inflação registrada no ano anterior.

De acordo com Haddad, o modelo será na sequência compartilhado com o restante das áreas econômicas do governo e levado para aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Nós vamos nesta semana concluir o trabalho [do novo arcabouço fiscal] na Fazenda. Vamos ter uma posição da Fazenda, que nós vamos compartilhar com a área econômica e levar ao conhecimento do presidente. Nós queremos que esse mês seja dada a público nossa opinião sobre como deve ser o novo arcabouço fiscal", afirmou.

O ministro reforçou que o anúncio da nova regra fiscal foi antecipado para março para que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) seja encaminhado ao Congresso já com base na nova regra fiscal.

"O [Ministério do] Planejamento deve encaminhar a LDO do ano que vem e o ideal é que a Lei de Diretrizes Orçamentárias seja elaborada já com base na nova regra", afirmou.

O projeto de LDO deve ser enviado ao Executivo para o Congresso até 15 de abril de cada ano, e ser devolvido para sanção até 17 de julho do mesmo ano.

Dentro desse cronograma, sem que um novo arcabouço fiscal seja apresentado antes, a largada da discussão orçamentária de 2024, que deveria ser 100% Lula, teria de se basear na regra que está em vigor, e que o governo rejeita, o teto de gastos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 03 de março.

Pobre sofre para pagar o leite; o rico, com o custo das passagens O patamar dos preços dos alimentos registrado nos últimos anos ainda pesa fortemente na renda dos consumidores de menor poder aquisitivo.

Os que ganham até três salários mínimos sofreram o impacto maior dos preços do leite longa vida e da alface em fevereiro.

Já os que ganham de três a oito salários sentiram mais os aumentos do imposto predial e da TV a cabo.

Os que recebem acima desses valores, além do imposto predial e dos reajustes da TV a cabo, viram pesar mais no bolso também as passagens aéreas.

A inflação está em patamares elevados, mas boa parte dos alimentos começa a recuar de preços, conforme a pesquisa de fevereiro da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

O leite longa vida, no entanto, retomou tendência de alta e ficou 3,9% mais caro em fevereiro; a alface teve aumento de 11% no mês, e a TV a cabo subiu 4,4%. As passagens aéreas vêm acumulando aumento de 60% em 12 meses.

Pela primeira vez, todos os cortes de carne bovina vendidos no varejo de São Paulo caíram de preço. Essa queda não é provocada pelas interrupções de vendas para a China, mas por perda de renda dos consumidores em vista dos valores elevados atingidos pela proteína.

Alguns casos elucidam a que patamar a carne bovina chegou. O quilo de acém parou de subir e acumula redução de 5,7% nos últimos 12 meses. Essa queda, no entanto, ainda é muito pequena em relação aos 94% de alta de 2019 a 2022.

Entre as carnes mais nobres, a picanha acumula retração de 10,2% em 12 meses, mas teve elevação de 52% nos últimos quatro anos. Saiba mais em: Folha de São Paulo, Colunista: Mauro Zafalon, sexta-feira 03 de março.

## Consumo das famílias sobe 4,3% em 2022 com reabertura da economia

O consumo das famílias, motor do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, fechou o ano de 2022 com crescimento acumulado de 4,3%. O resultado foi divulgado nesta quinta-feira (2) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O consumo é o principal componente do PIB sob a ótica da demanda —ou seja, dos gastos com bens e serviços. Responde por cerca de 60% do indicador.

O ano de 2022 foi marcado pela derrubada das restrições da pandemia de Covid-19. A reabertura da economia, dizem analistas, estimulou os gastos de parte das famílias com serviços.

Negócios como bares, restaurantes, hotéis, empresas de transporte e pequenos comércios integram o setor de serviços nos cálculos do PIB.

O consumo também teve incentivo da reação do mercado de trabalho. Além disso, com a proximidade das eleições de 2022, o governo Jair Bolsonaro (PL) apostou em medidas como a ampliação do Auxílio Brasil e os cortes de impostos sobre os combustíveis.

Essas ações ocorreram em meio a um cenário de juros altos, inflação pressionada e endividamento elevado. Os três fatores são vistos por analistas como responsáveis por impedir uma recuperação maior do consumo.

Nesta quinta, o IBGE também informou que os investimentos produtivos na economia brasileira, medidos pelo indicador de FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo), subiram 0,9% em 2022.

A taxa de investimento passou de 18,9% em 2021 para 18,8% do PIB no ano passado. A taxa de poupança caiu de 17,4% para 15,9%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 03 de março.